

RECURSO ESPECIAL Nº 1.800.627 - PE (2019/0056286-8)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : MARIA DE NAZARE NUNES RODRIGUES
RECORRENTE : SERGIO JOSE CHAVES NUNES
RECORRENTE : AUGUSTO FERNANDO CHAVES NUNES
RECORRENTE : RUBENS JOSE DOS SANTOS NUNES JUNIOR
RECORRENTE : RAYMUNDO BERTHOLDO DA CUNHA NUNES NETO
RECORRENTE : MARIA DO PERPETUO SOCORRO CHAVES NUNES
RECORRENTE : MARIA DAS GRACAS NUNES BENDELAK
RECORRENTE : MARIA ELIZABETH CHAVES NUNES
ADVOGADOS : ALESSANDRO MEDEIROS - SC011200
ROGER HONÓRIO MEREGALLI DA SILVA E OUTRO(S) -
DF040866
DONALDO BENTO DE SOUZA JUNIOR - DF041655
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado por **Maria de Nazaré Nunes Rodrigues e outros** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fl. 236):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO FALECIDO. VANTAGENS RELATIVAS AO CARGO PÚBLICO. HABILITAÇÃO DOS DEPENDENTES BENEFICIÁRIOS DA PENSÃO POR MORTE. APELAÇÃO. DESPROVIMENTO.

I - O artigo 1º, da Lei nº 6.858/80, e os artigos 1º e 2º, do Decreto nº 85.845/81, dispõem que os valores não recebidos em vida pelos titulares, em razão de cargo ou emprego, serão pagos a seus dependentes habilitados perante a Previdência Social ou, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil.

II - Desprovimento da Apelação.

A parte recorrente aponta violação aos arts. 1.829, 1.845 e 1.784, do CC/2002 e 1º da Lei nº 6.858/90, sustentando que *o crédito advindo de valores, à época sonegados ao servidor público têm natureza de herança a qual compreende todos os direitos que não se extinguem com a morte ou que não se concebem desligados da pessoa do de cujus* (fl. 230). Defende que o recebimento de diferenças pecuniárias anteriores ao óbito do servidor constitui crédito que integra o acervo hereditário, devendo ser deferida a habilitação não só dos herdeiros legais perante à Previdência Social, mas

também daqueles que desfrutaram desta condição perante a lei civil. Colaciona julgados em apoio à sua tese.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

O Tribunal de origem assentou entendimento segundo o qual *o artigo 1º da Lei nº 6.858/80 e os artigos 1º e 2º do Decreto nº 85.845/81, dispõem que os valores não recebidos em vida pelos titulares, em razão de cargo ou emprego, serão pagos a seus dependentes habilitados perante a Previdência Social, ou, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil. No caso, os dependentes previdenciários do falecido servidor Rubens José dos Santos Nunes são Danielle Maria Medeiros Nunes, Nathália Cristina de Souza Nunes e Nayanne Cristine de Souza Nunes, de modo que são os únicos sucessores que devem ser habilitados nos autos* (fl. 183).

Ocorre que, ao assim decidir a instância ordinária se afastou da orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal, que proclama a legitimidade dos herdeiros para pleitearem direitos transmitidos pelo falecido antes mesmo de inaugurado o inventário, considerando, ainda, que a Lei nº 6.858/80 somente se aplica à via administrativa.

Confirmam-se os precedentes:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE. SERVIDOR PÚBLICO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 1º DA LEI 6.858/1980 E 1º, II, DO DECRETO 85.845/1984. SÚMULA 211/STJ. REAJUSTE DE 28,86%. VIÚVA PENSIONISTA. IMPLEMENTAÇÃO DE DIFERENÇAS SALARIAIS DESDE A DATA DA IMPLANTAÇÃO DA PENSÃO. PARCELAS ANTERIORES AO ÓBITO. LEGITIMIDADE DO ESPÓLIO.

1. O STJ entende ser inviável o conhecimento do Recurso Especial quando os artigos tidos por contrariados (arts 1º da Lei 6.858/1980 e 1º, II, do Decreto 85.845/1984) não foram apreciados pelo Tribunal a quo, a despeito da oposição de Embargos de Declaração, haja vista a ausência do requisito do prequestionamento. Incide, na espécie, a Súmula 211/STJ.

2. Em conformidade com a orientação remansosa do STJ, caberia à parte, nas razões do seu Recurso Especial, alegar violação do artigo 535 do CPC, a fim de que o STJ pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado, o que não foi feito.

3. Ademais, é assente no STJ o entendimento de que os cálculos devem ser limitados à data do óbito do servidor, porquanto o

Superior Tribunal de Justiça

direito à determinada vantagem remuneratória, incorporável ao patrimônio do de cujus e passível de ser transferido ao espólio, está limitado ao óbito do servidor; pois, a partir desse momento, surge o direito ao benefício da pensão por morte para o pensionista, sendo certo que os valores devidos a título de pensão não integram a herança, de modo a serem transferidos ao espólio.

4. Assim, o recebimento de diferenças pecuniárias anteriores ao óbito constitui crédito que integra o acervo hereditário, sendo certo que a existência de herdeiros necessários do servidor afasta a presunção de que seria a autora viúva a primeira a sucedê-lo na ordem de vocação hereditária.

5. Recurso Especial não provido.

(REsp 1633598/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/02/2017, DJe 18/04/2017).

RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. LEI 8.622 E 8.627 DE 1993. MEDIDA PROVISÓRIA 1704-2 DE 1998. DIFERENÇAS SALARIAIS. FALECIMENTO DO TITULAR. INVENTÁRIO E PARTILHA. LEI 6858/80, § 1º. NÃO APLICAÇÃO. CITAÇÃO DA BENEFICIÁRIA DA PENSÃO.

NULIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO.

1. A Lei 6858/80, regulamentada pelo Decreto 85.845/81, destina-se a permitir o rápido acesso a quantias contemporâneas ao óbito, de reduzido montante, notadamente às verbas salariais remanescentes do mês de falecimento do empregado ou do servidor público, e às decorrentes do fim abrupto da relação de trabalho ou do vínculo estatutário, necessárias à sobrevivência imediata de seus dependentes.

2. Os atrasados oriundos de diferenças salariais correspondentes ao reajuste de 28,86% concedido aos servidores públicos federais pelas Leis 8.622 e 8.627, ambas de 1993 e Medida Provisória 1704-2, de 1998, não recebidos em vida pelo titular, devem ser incluídos no inventário e submetidos à partilha entre os herdeiros, da mesma forma como ocorre com as verbas rescisórias obtidas em reclamação trabalhista, não tendo aplicação, nesses casos, a fórmula concebida pela Lei 6858/80.

3. Recurso especial a que se nega provimento.

(REsp 1155832/PB, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 18/02/2014, DJe 15/08/2014).

PROCESSUAL CIVIL. DIFERENÇAS SALARIAIS. EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER (IMPLEMENTAÇÃO NA FOLHA DE PAGAMENTO, EMITIDA EM FAVOR DE PENSIONISTA). ILEGITIMIDADE

ATIVA DO ESPÓLIO.

1. *Controverte-se a respeito da legitimidade ativa para promover a Execução de obrigação de fazer, consistente na implementação das diferenças salariais em folha de pagamento.*

2. *In casu, o servidor beneficiário dos reajustes faleceu no curso da Ação Coletiva, razão pela qual a Execução Individual foi promovida pelo espólio.*

3. *O ajuizamento da Execução do Título Judicial ocorreu quando havia pensão percebida pela Sra. Neusa Fernandes Carvalho, de modo que, conforme mencionado pelo recorrente, há duas situações: a) os efeitos econômicos presentes e futuros - que incidem sobre a pensão de que esta é titular - somente poderão ser discutidos/pleiteados por ela (pois a pensão não é paga em favor do espólio); e b) os efeitos pretéritos (atrasados), por terem sido incorporados no patrimônio do de cujus, poderão ser legitimamente pleiteados pelo respectivo espólio.*

4. *Como os Embargos do Devedor, ajuizados pela autarquia federal, versam exclusivamente sobre a legitimidade ativa para execução da obrigação de fazer (implementação das diferenças salariais na pensão por morte), merece acolhida a pretensão recursal.*

5. *Recurso Especial provido.*

(REsp 1344628/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/10/2012, DJe 31/10/2012).

PROCESSUAL CIVIL – EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO – REPETIÇÃO DE INDÉBITO – MORTE DO TITULAR DO DIREITO – REPRESENTAÇÃO DO ESPÓLIO EM JUÍZO – LEI 6.858/80.

1. *A Lei 6.858/80, ao exigir a apresentação da certidão de habilitação dos herdeiros na Previdência Social para pleitear levantamento de valores não recebidos em vida pelo de cujus, somente se aplica à via administrativa.*

2. *Considera-se regular a representação ativa do espólio quando a viúva e todos os herdeiros se habilitam pessoalmente em juízo, independentemente de nomeação de inventariante quando o inventário já tenha se encerrado ou não exista.*

3. *Recurso especial improvido.*

(REsp 554.529/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/06/2005, DJ 15/08/2005, p. 242)

MANDADO DE SEGURANÇA. LEGITIMAÇÃO DOS HERDEIROS POR DIREITO TRANSMISSÍVEL, ATÉ A NOMEAÇÃO DO INVENTARIANTE. EXTINÇÃO PREMATURA DO PROCESSO.

[...]

Superior Tribunal de Justiça

3. Os herdeiros são partes legítimas para pleitearem direitos transmissíveis, pelo de cujus, até que, inaugurado o inventário, um deles assuma a inventariança.

4. Ressoa injusto que o direito fique relegado à deriva, por força de mera formalidade, havendo titulares aos quais correspondem, meios judiciais de tutela dos direitos transmissíveis mortis causa.

[...]

6. Recurso provido.

(RMS 15.377/RN, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJ 16/02/2004, p. 203).

DIREITO ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO DIRETA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 34 DO DECRETO-LEI N. 3365/41. OCORRÊNCIA. LEGITIMIDADE DO ESPÓLIO DO DE CUJUS PARA LEVANTAMENTO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. OPOSIÇÃO AO LEVANTAMENTO PELO EXPROPRIANTE. AUSÊNCIA DE INTERESSE.

Ao espólio assiste o direito ao levantamento do valor depositado a título de indenização pelo bem expropriado, para que, posteriormente, nos autos do inventário, se proceda a partilha em favor dos herdeiros.

[...]

Recurso provido. Decisão unânime.

(REsp 136.434/SP, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, SEGUNDA TURMA, DJ 09/04/2001, p. 337).

Nessa linha de raciocínio, vejam-se as seguintes decisões proferidas monocraticamente: **AResp 1185547/RJ**, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 16/11/2017; **AResp 282.134/PE**, Rel. Ministro Herman Benjamin, DJe 9/8/2013.

ANTE O EXPOSTO, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação supra.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator